

REDAÇÃO DE VESTIBULAR: OBJETOS DE DISCURSO, SEQUÊNCIAS TEXTUAIS DESCRITIVAS E ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA EM INTERFACE

Sueli Cristina Marquesi*

Silvia Augusta de Barros Albert**

Resumo: Este artigo tem como principal objetivo propor um diálogo entre a Análise Textual dos Discursos (Adam, [2008] 2011; Marquesi, 2016), a Linguística Textual, de perspectiva sociocognitiva e interacional, (Marcuschi, 2011, 2008, 2007, 2006; Koch, 2005; Koch e Penna, 2006; Cavalcante, 2005, 2011) e estudos do descritivo (Marquesi, [1996] 2004), no sentido de contribuir para o desenvolvimento da proficiência escritora de alunos da educação básica e de aproximar os atuais estudos da linguagem à prática da sala de aula, em relação ao ensino e à aprendizagem da escrita. Respaldados nesses estudos, apresentamos a imbricação entre o processo de construção de objetos de discurso e a organização de sequências textuais descritivas, destacando a estreita relação que estabelecem nos textos. Para tanto, analisamos redações de vestibular, considerando-as como um gênero, uma prática de escrita situada em uma dada esfera de atividade, que demanda um posicionamento do produtor frente a um determinado tema e uma orientação argumentativa condizente. A metodologia proposta evidencia a relação entre estrutura composicional e referência que concorre para efetivar os propósitos do produtor relacionados a uma dada situação comunicativa e às determinações do gênero em questão.

Palavras-chave: Redação de vestibular. Objetos de discurso. Sequências textuais descritivas. Orientação argumentativa. Ensino de língua portuguesa.

Abstract: This study has as a main objective to establish a dialogue between Discourse Textual Analysis (Adam, 2011 [2008]; Marquesi, 2016); Textual Linguistics, from a sociocognitive and interactional perspective (Marcuschi, 2011, 2008, 2007, 2006; Koch, 2005; Koch e Penna, 2006; Cavalcante, 2005, 2011) and studies of the descriptive (Marquesi, 2004[1996]), in order to contribute to basic education students' writing proficiency, and also to shorten the gap between current language studies and the classroom practice, in what concerns the teaching and learning of written skills. Backed up in these studies, we present the overlap in the process of constructing objects of discourse and the organization of descriptive textual sequences, highlighting their close relation in the texts. To achieve such aim, we analyze some Vestibular essays, considering them as a discursive genre, a writing practice located within a given sphere of activity, which requires a positioning of the producer in face of a certain theme and a suitable argumentative position. The proposed methodology

* PUC-SP - Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa e UNICSUL -Programa de Pós-graduação em Linguística. São Paulo (SP). Brasil. sueli.marquesi@cruzeirodosul.edu.br

** UNICSUL – Programa de Pós-graduação em Linguística. São Paulo-SP. Brasil. silvia.augusta.albert@gmail.com

evidences the relationship between compositional structure and reference which contributes to the purpose of the producer related to a given form of communicative situation and to the demands of the genre in question.

Keywords: Vestibular essays. Objects of discourse. Descriptive textual sequences. Argumentative orientation. Portuguese language teaching.

Introdução

O desenvolvimento das proficiências leitora e escritora foi instituído pelos Parâmetros Curriculares Nacionais¹ de Língua Portuguesa, há quase duas décadas, como um dos objetivos primordiais nos níveis básicos da escola. Consideramos que houve avanços e, atualmente, os professores contam com um suporte teórico-metodológico no qual podem basear suas ações, sobretudo, a partir da orientação proposta nos PCN, ancorada na noção de gêneros textuais, que permitiu evidenciar o processo, e não mais o produto, na aprendizagem da escrita e da leitura. No entanto, os docentes continuam a arrolar problemas especialmente em relação aos resultados da produção escrita dos alunos, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento de ideias em torno de um tema de forma articulada e à produção de sentidos em nível global.

Paralelo a essa realidade, sabemos que há, cada vez mais, a expectativa de que os estudantes atendam a demandas mais complexas ao final da escolarização básica. Um exemplo disso é a redação de exames vestibulares, que exige produtores de texto proficientes, dado que é por meio de tais exames que são selecionados os candidatos aptos a seguir um curso superior, o qual exigirá proficiência escritora condizente com esse nível de escolaridade.

Nesse contexto, o candidato deve comprovar sua proficiência escritora por meio da produção de um texto coeso e coerente, o que envolve assumir um determinado posicionamento frente a um tema e desenvolver uma argumentação bem articulada à posição assumida.

¹ Os PCN constituem uma proposta de reorientação curricular que a Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação e do Desporto oferece a secretarias de educação, escolas, instituições formadoras de professores, instituições de pesquisa, editoras e a todas as pessoas interessadas em educação dos diferentes estados e municípios brasileiros. Partem da necessidade de se estabelecer uma referência curricular nacional para o ensino fundamental e revelam a preocupação de se construir uma educação básica voltada para a cidadania. Pretendem redefinir o papel da escola na sociedade brasileira e os objetivos a serem perseguidos. Sua primeira divulgação e aplicação data de 1998. Doravante PCN.

Essa realidade nos leva a concordar com a reflexão recorrente no meio acadêmico a respeito da defasagem entre as perspectivas teóricas desenvolvidas no âmbito da linguagem, da leitura e da escrita e a prática de sala de aula. Há avanços relacionados às concepções de língua, de texto e de gênero que não chegam nem aos manuais didáticos nem ao discurso curricular (BACHUR, 2015, p. 14).

Por um lado, estudos que têm como base a Linguística Textual, de perspectiva sociocognitiva e interacional, doravante LT, em autores como Koch (2005); Koch e Penna, (2006), Marcuschi (2006, 2007, 2008, 2011), Cavalcante (2005, 2011), Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), entre outros, reconhecem o processo de referenciação² como fenômeno fundamental para o desenvolvimento da progressão textual, por meio da evolução de objetos de discurso, realizada por contínuas recategorizações e, conseqüentemente, para a produção de sentidos na escrita.

No tocante à produção escrita, conforme preconizam Cavalcante, Custódio Filho e Brito, (2014, p. 34), é importante “que se reconheçam as atividades necessárias à organização de um texto e que estão diretamente relacionadas a um dado gênero proposto, não apenas como forma de manifestar um conteúdo e um formato ‘relativamente estáveis’, mas também e, sobretudo, como uma oportunidade de propor sentidos”.

Por outro, os estudos da Análise Textual dos Discursos (Adam, [2008] 2011), doravante ATD, apresentam as noções de plano de texto e de sequências textuais em que o primeiro constitui-se como fator unificador da estrutura composicional e desempenha papel fundamental na composição macrotextual do sentido. Além disso, dessa perspectiva teórica, destaque deve ser dado ao fato de que o plano de texto é responsável por organizar as sequências textuais e, conseqüentemente, as informações para que as intenções de produção sejam atendidas e materializadas, posição reiterada por Marquesi, 2016. Podemos afirmar, portanto, que tanto o plano de texto como as sequências textuais concorrem, conjuntamente, para que o texto constitua um todo com significado.

Acreditamos, como dito anteriormente nesta introdução, que noções relativas tanto à estrutura composicional de textos, envolvendo a noção de sequências textuais, quanto a de referenciação e estratégias requeridas nesse processo, particularmente, as estratégias textual-

² Como veremos no decorrer desse trabalho, trataremos o fenômeno da referência, como referenciação, não limitando a questão da referência ao tratamento da informação em um texto. Respaldados em Cavalcante, Custódio e Brito (2014), ao compreender o texto e a coerência como instâncias dinâmicas, percebemos o caráter também dinâmico da construção de referentes em um texto, para a qual concorrem processos sociocognitivos complexos e multifacetados.

discursivas, permitem vislumbrar um arcabouço teórico que pode renovar as práticas de ensino e de aprendizagem em relação à produção escrita, tendo em vista que, ao final da escolarização básica, os estudantes devem alcançar um bom nível de proficiência escritora para submeter-se, dentre outras solicitações, à elaboração das redações de vestibular.

Consideramos, neste trabalho, as redações de vestibular como um gênero, respaldados em Marcuschi (2011); Rojo e Barbosa (2015) e Pilar (2002). Nas palavras de Marcuschi (2011), o gênero é “uma ‘ação social tipificada’ que se dá na recorrência de situações que tornam o gênero reconhecível” (MARCUSCHI, 2011, p. 19). O autor ressalta ainda que “assim como a língua varia, também os gêneros variam, adaptam-se, renovam-se, multiplicam-se” (MARCUSCHI, 2011, p. 19).

É exatamente a flexibilidade e a variabilidade dos gêneros textuais que nos permitem investigar entre as situações de comunicação, nas atividades de comunicação verbal institucionalizadas e recorrentes, novos “tipos temáticos, composicionais e estilísticos de enunciados/textos” (ROJO; BARBOSA, 2015, p. 64).

Assim, admitimos, juntamente com Pilar (2002), que a redação de vestibular, ao ser considerada um gênero, desempenha uma função em um contexto específico, determinado tanto por um objetivo comunicativo quanto pela interação que se estabelece entre produtor-estudante e professor-interlocutor.

Dessa perspectiva, consideramos a redação de vestibular como um gênero que circula em uma esfera de atividade educacional, institucional e pública, sendo designado, basicamente, por uma função e intenção que o caracterizam, ou seja, a exposição do posicionamento do produtor frente a um tema. Quanto ao estilo, esse gênero prescreve o uso da língua em seu registro formal, expresso pela norma culta, exigindo, quanto à forma composicional, a presença de sequências textuais, sobretudo as argumentativas, mas também as descritivas, que compõem o plano global e têm a função de apresentar, explicitamente, a defesa do ponto de vista do produtor, de forma coesa e coerente, permitindo a progressão temática e a estruturação do texto (BACHUR, 2016, p.45).

Tendo em vista o exposto, é nosso objetivo neste trabalho evidenciar a imbricação entre o processo de (re)construção de objetos de discurso e as sequências descritivas, destacando a sua contribuição para a orientação argumentativa dos textos, visando à renovação das práticas de ensino e de aprendizagem da escrita, para o desenvolvimento da proficiência escritora.

Levando em conta o objetivo definido, apresentamos a análise de uma redação de vestibular, a título de exemplificação, para mostrar a interface entre os dois níveis de análise, em que se destacam tanto as recategorizações do objeto de discurso central, o tema da redação, e sua evolução no texto, quanto as sequências textuais descritivas, que concorrem para explicitar a valoração positiva ou negativa do produtor frente ao tema, evidenciando, assim, o seu posicionamento e a orientação argumentativa do texto.

O artigo está organizado em três seções, além desta introdução e das considerações finais: a primeira está centrada em considerações teóricas sobre a referenciação, concebida como um processo de (re)construção de objetos de discurso nos textos; a segunda focaliza a sequência textual descritiva no processo de construção de objetos de discurso; a terceira e última se volta para a análise de uma redação, com propósito exemplificativo, para evidenciar a relação entre referenciação e sequências textuais descritivas, chamando a atenção para a repercussão dessa imbricação na condução orientativa do texto.

Buscamos, assim, apontar um caminho para a renovação das práticas de ensino e de aprendizagem da escrita, tendo em vista o desenvolvimento da proficiência escritora, em consonância com os atuais estudos da LT, de perspectiva sociocognitiva e interacional, e da Análise Textual dos Discursos (ATD).

Referenciação: processo de construção de objetos de discurso nos textos

No esteio da perspectiva sociocognitiva e interacional, entendemos a referenciação como um processo de (re)construção de referentes entendidos como objetos de discurso, que demanda a mobilização de variadas estratégias, ressaltando o aspecto processual e dinâmico desses objetos de discurso, por meio de recategorizações. Dessa perspectiva, “não há uma relação direta entre as coisas do mundo e as palavras, ou seja, não existe um mundo discretizado *a priori* e um sistema abstrato e estruturado *a priori* que o designa” (MARCUSCHI, 2007, p. 64).

Assim, tomamos a referenciação como um processo que envolve atividades de linguagem, realizadas por sujeitos históricos e sociais em interação, que constituem os objetos de análise. Nessas atividades, constroem-se não referentes, que espelham o “mundo real”, mas

objetos de discurso³ que representam o mundo e são constituídos de modo interativo em meio a práticas sociais.

Assumindo essa perspectiva nos estudos que conduzem sobre a referenciação, Cavalcante et al. (2010, p. 235-236) destacam que o referente é

um objeto de discurso, uma criação que vai se reconfigurando não somente pelas pistas que as estruturas sintático-semânticas e os conteúdos lexicais fornecem, mas também por outros dados do entorno sociodiscursivo e cultural que vão sendo mobilizados (e negociados) pelos participantes da enunciação (CAVALCANTE et al., 2010, p. 235-236).

Podemos afirmar que, uma vez introduzido no texto/discurso, um referente tende a sofrer sucessivas recategorizações na mente dos participantes da enunciação. De acordo com Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), as recategorizações seguem tanto as restrições das pistas cotextuais quanto dados dos conhecimentos que possam ser partilhados pelos participantes no contexto único da enunciação.

Esse aspecto dinâmico e processual da referenciação vai ao encontro do que propõe Marcuschi (2008). Para este autor, “ ‘referir’ não é uma atividade de etiquetar um mundo pré-existente e extensionalmente designado, mas, sim, uma atividade discursiva (essencialmente criativa)” (MARCUSCHI, 2008, p.142).

O processo contínuo de transformação dos objetos de discurso, denominado recategorização, é responsável pela evolução de tais objetos no texto e constitui um fenômeno inerente aos processos referenciais. Nas palavras de Cavalcante (2011), “a recategorização é o fenômeno cognitivo-discursivo que corresponde à evolução natural que todo referente sofre ao longo do desenvolvimento do texto” (CAVALCANTE, 2011, p. 90).

Desse ponto de vista, o referente é algo que vai sendo construído, na interação entre os sujeitos/interlocutores, sociocultural e historicamente situados, inseridos em uma dada prática comunicativa. Evidencia-se, nessa construção, um processo de intersubjetividade e de coprodução em que se levam em conta os conhecimentos partilhados dos interlocutores. Esses aspectos determinam, pois, a dinamicidade inerente à construção dos objetos de discurso.

³ Neste estudo, adotamos a expressão “objeto de discurso” em vez de “objetos do discurso”, conforme atesta Marcuschi (2006), respaldado em Mondada (1994). O autor explica que a expressão objeto de discurso faz referência ao fato de que os objetos tratados no discurso, ou seja, aqueles aos quais o discurso faz referência, são objetos “constitutivamente discursivos” e como tal gerados na produção discursiva, na enunciação, no processo linguístico (MARCUSCHI, 2006, p.13).

Assim sendo, a recategorização é abordada não apenas da perspectiva do processamento cognitivo, relacionado à construção dos conceitos na mente humana e à produção de sentidos pela linguagem, mas também da perspectiva discursiva, para ressaltar a importância da transformação dos referentes no desenvolvimento argumentativo do texto (CAVALCANTE, 2011 p. 152).

Dada a natureza do *corpus* que compõe este estudo, as redações de vestibular, destacamos a orientação argumentativa entre os vários processos de organização textual e de produção de sentidos engendrados pela referenciação, em vários níveis. Em consonância com Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), entendemos que os processos referenciais cumprem uma função eminentemente argumentativa ou avaliativa, embora não exclusiva, no desenvolvimento da argumentação nos textos.

Consideramos, portanto, que as representações construídas para o objeto de discurso, à medida que lhe atribuem uma valoração, positiva ou negativa, colaboram para viabilizar a exposição do posicionamento do produtor frente ao tema proposto e apontam para a direção que a argumentação tomará no texto. Evidencia-se, assim, que os objetos de discurso são argumentativamente construídos, o que reitera os postulados da não neutralidade no uso da linguagem e reafirma a função dos processos referenciais de nortear a orientação argumentativa que o produtor deseja imprimir a seu discurso.

Acreditamos que o domínio das estratégias de referenciação – referenciação tomada da perspectiva sociocognitiva e interacional, como um processo dinâmico em que estão implicadas determinações linguísticas, cognitivas e socioculturais – pode contribuir de maneira efetiva para o desenvolvimento da proficiência escritora dos estudantes, no período da escolarização básica, de modo a lhes abrir novos caminhos para agir e interagir pela linguagem, produzindo textos.

Com base nessa compreensão de referenciação, discutiremos, a seguir, que, no processo de construção de objetos de discurso e nas contínuas recategorizações que vão sendo elaboradas no decorrer do texto, a presença das sequências textuais descritivas é essencial para viabilizá-las, o que nos leva a outro nível de análise, a da estrutura composicional do texto.

As sequências textuais descritivas no processo de construção de objetos de discurso

Marquesi, Rodrigues e Cabral (2016) observam, relativamente às funções das sequências textuais descritivas, que elas dão a conhecer objetos/seres/lugares/entidades/conceitos, motivo pelo qual, segundo as autoras, os textos em geral apresentam sempre elementos descritivos. Podemos afirmar, com base nos ensinamentos dessas autoras, que o descritivo, pelo mesmo motivo apontado por elas, constitui um fenômeno fundamental para construção de objetos de discurso, cumprindo um importante papel no processo de referenciação.

Em seus estudos sobre o descritivo, Marquesi (2004 [1996]) defende que, organizacionalmente, o descritivo apresenta três categorias: *designação*, *definição* e *individuação*. A *designação* diz respeito a nomear o objeto, condensando-o em um recorte lexical; a *definição* cuida de expor os atributos essenciais e específicos do objeto, para evitar que se o confunda com outro; a *individuação* envolve distinguir o objeto, tornando-o individual, dotado de uma existência única no tempo e no espaço.

As três categorias, por sua vez, se organizam por duas regras, assim denominadas pela autora: “*regra da equivalência*, que organiza as relações categoriais e predicativas nos diferentes níveis com base em uma linha horizontal, e a *regra da hierarquização*, que organiza essas mesmas relações com base em uma linha vertical.” (MARQUESI, 2004 [1996])

A proposta de Marquesi (2004 [1996], p. 114) sobre a organização do descritivo com as suas categorias e regras é assim graficamente apresentada:

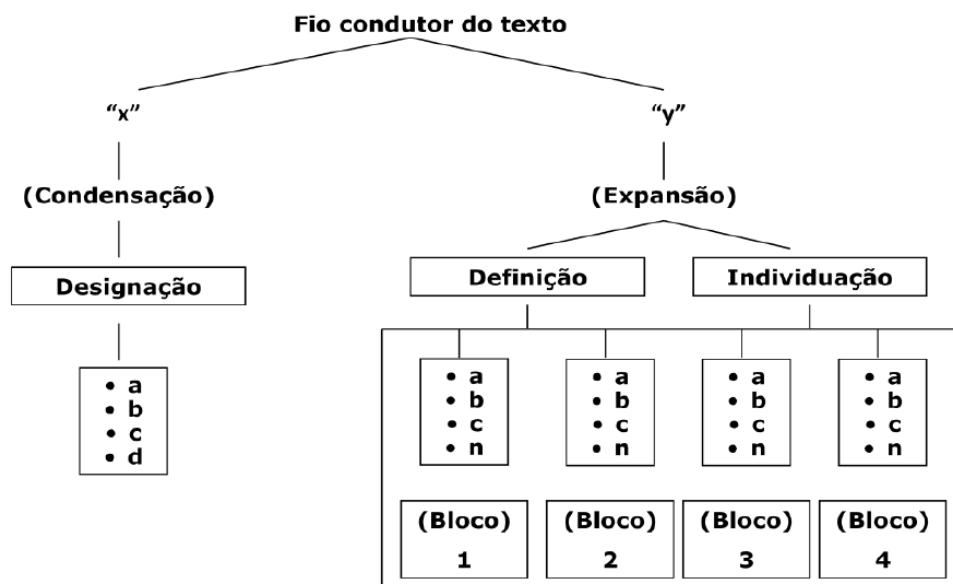


Figura 1- Organização do descritivo (Marquesi, 2004 [1996], p. 114).

É importante destacar, nesse esquema proposto por Marquesi, o fio condutor, elemento fundamental para a construção do objeto de discurso, uma vez que ele é o responsável por orientar as escolhas do produtor do texto no processo de construção referencial, processo que se apoia também no descritivo, para a orientação argumentativa do texto.

Relacionamos essa abordagem ao que preconiza Koch (2005). Para a autora, a retomada ou a remissão textual, quando realizada por meio de descrições ou formas nominais, como uma atividade de linguagem por meio da qual se reconstróem os objetos de discurso, tem como uma das funções textual-interativas específicas imprimir nos enunciados em que se inserem, bem como no próprio texto, orientações argumentativas conformes com a proposta enunciativa do produtor.

Também, de acordo com Adam (2011 [2008], p. 217), o descritivo tem papel fundamental na construção de um ponto de vista⁴: “do caráter indissociável de um conteúdo descritivo e de uma posição enunciativa que orienta argumentativamente todo o enunciado, decorre o fato de que um procedimento descritivo é inseparável da expressão de um ponto de vista, de uma visada do discurso”.

⁴ No âmbito da argumentação que aqui propomos, entendemos *ponto de vista* como o posicionamento que o produtor de texto deve tomar frente a um dado tema, como ocorre no caso de redações de vestibular, em que o candidato deve manifestar uma opinião, favorável ou não, em relação à questão apresentada.

A proposta de Adam relativamente ao descritivo dialoga com a de Marquesi, segundo Marquesi (2016), uma vez que, ao focar o nível da composição textual, Adam (2011 [2008]) propõe quatro macro-operações que, segundo o autor, encontram-se na base da organização das sequências descritivas e são responsáveis por gerar outras operações. São elas: *operações de tematização* ou de ancoragem, que dizem respeito a nomear pondo em evidência um todo; *operações de aspectualização*, que têm a ver com a qualificação e consistem em expor as partes do todo, pondo em evidência as qualidades ou propriedades do objeto descrito; *operações de atualização*, que se baseiam na tematização, consistindo em selecionar e colocar em destaque partes do objeto descrito para descrevê-lo; *operações de relação*, que se baseiam nas características de um referente para compor outro. Vários tipos de operações podem ocorrer. Adam ressalta a relação de analogia, em que a descrição ocorre de forma comparativa ou metafórica e a relação de contiguidade, que situa o objeto relativamente à sua situação espacial ou temporal.

Podemos afirmar, com Marquesi (2016), que as operações de tematização correspondem à designação proposta por Marquesi (2004 [1996]), pois ambas ocorrem por meio da denominação; as operações de aspectualização e as operações de relação também dialogam fortemente com a categoria da individuação postulada por Marquesi (2004 [1996]). Na mesma direção, Cabral, Marquesi e Seara (2015), analisando textos da internet, destacaram, ainda, a individuação por relação de avaliação, de caráter tanto positivo quanto negativo, e por relação de consequência, ou seja, aquela por meio da qual as consequências das ações ou das peculiaridades do ente descrito permitem construir a individuação.

Assentimos, então, que as categorias propostas para a organização das sequências descritivas estão intimamente relacionadas ao processo de construção dos objetos de discurso, na medida em que, para isso, será necessário designar/nomear o objeto de discurso central, além de defini-lo, categorizando-o, e individualizá-lo, sendo essa última categoria aquela que permitirá evidenciar a valoração positiva ou negativa do produtor frente ao objeto de discurso central, o tema da redação.

Koch (2005) ressalta que o emprego de uma descrição nominal com função de categorização ou de recategorização de referentes implica sempre uma escolha entre uma multiplicidade de formas que a língua oferece para caracterizar o objeto de discurso. De acordo com a autora, essa escolha é feita conforme a proposta de sentidos do produtor do texto.

Na seção seguinte apresentamos, a título de exemplificação, a análise de uma redação, em que evidenciamos a imbricação entre o processo de construção de objetos de discurso e as sequências descritivas, destacando a sua contribuição para a orientação argumentativa dos textos.

A análise apresentada a seguir, a título de exemplificação, toma uma redação da edição de 2014 do exame de vestibular da PUC-SP, cujo tema é *o anonimato na internet*. A proposta envolve um texto de referência e a comanda, isto é, a proposta propriamente dita, que apresenta algumas orientações concernentes à forma de desenvolvimento do texto solicitado, aos procedimentos necessários e aos critérios de avaliação. O texto de referência consiste num artigo de opinião, escrito pelo jornalista Eugênio Bucci. O texto, intitulado “Cyberanonimato”, circula no blog do próprio jornalista, “A Varanda”, e foi adaptado para a proposta do exame de vestibular. O texto de referência e a proposta de redação do exame de vestibular da PUC-SP 2014 estão disponibilizados na íntegra no endereço http://www.curso-objetivo.br/vestibular/resolucao_comentada/pucsp/pucsp2014.asp?img=01 (acesso em 29/08/2017).

Vale destacar como positivo nessa proposta tanto a adequação do tema, por estar vinculado e próximo à realidade dos jovens dessa faixa etária, quanto o texto de referência. Este último possibilita uma reflexão ao expor argumentos a favor e contra o anonimato na internet, conferindo maior liberdade para o candidato posicionar-se, concordando ou discordando, levando em conta seus conhecimentos prévios e vivências.

Para procedermos à análise, realizamos o seguinte percurso:

1. identificamos as manifestações do Objeto de Discurso central e de outros Objetos de Discurso (Doravante OD) salientes, nas redações que constituem o *corpus* (**Quadro 1**);
2. descrevemos, analisamos e interpretamos a representação construída para o OD central e a valoração que essa representação lhe atribui, relacionando esse processo às sequências textuais descritivas e à exposição do posicionamento do produtor frente ao tema; (**Quadro 2**);
3. refletimos, à medida mesma que realizamos os passos enumerados, sobre a imbricação das representações dos diferentes OD no texto e a condução das sequências textuais descritivas, bem como implicações advindas dessa relação para evidenciar a exposição do posicionamento do produtor frente ao tema e a orientação argumentativa que imprime ao texto.

A redação [R53]⁵ intitulada “Anonimato: forma de expressão?”, a qual apresentamos na íntegra nos anexos ao final do artigo, possui quatro parágrafos, dos quais retiramos alguns excertos em que evidenciamos a construção de três OD: o OD central – anonimato na internet – e outros dois OD – anonimato e internet –, os quais colaboram para construir a contínua recategorização do OD central, destacados no quadro 1, a seguir:

Excertos R53 – Título: Anonimato: forma de expressão?		Objeto de discurso
A	Para os governos, o cyberanonimato tornou-se claramente um problema já que muitas vezes eles são alvos.	anonimato na internet
B	O anonimato representa uma das faces da liberdade de expressão seja ela qual for. E como disse o filósofo John Locke: “posso não concordar com uma palavra que falar, mas lutarei até a morte pelo direito de dizê-la”.	anonimato
C	Já em pleno século XXI, a internet serviu como mais uma ferramenta para ações anônimas, estas que sempre existiram. O fato é que a internet apenas facilitou tais ações e promoveu um maior compartilhamento das mesmas.	internet
D	A história assistiu à diversas ocasiões em que o anonimato se fez necessário. No Brasil, por exemplo, a Inconfidência Mineira foi inicialmente, um movimento anônimo que lutava contra os desmandos vigentes na época. A ditadura militar de 64 também contou com inúmeros artistas e intelectuais que por trás do anonimato de pseudônimos ou metáforas criticavam a repressão do governo, já que a censura era “claramente” aplicada.	anonimato
E	[...] Tão eficaz, movimentos que pararam o mundo, como a Primavera Árabe, usufruíram do anonimato da internet a fim de expandir seus ideais e engajar os demais a lutar pela democracia..	anonimato na internet
F	E embora o anonimato na internet seja também destrutivo por promover ações criminosas já que a internet promove a falsa impressão da falta de fiscalização e uma possível repreenda, ele não é a causa das ações destrutivas.	anonimato na internet

Quadro 1 – Excertos e objetos de discurso.

Por meio da análise, podemos afirmar que o processo referencial laborado pelo produtor constrói representações para o OD anonimato na internet, o qual vai sendo recategorizado no decorrer do texto, o que colabora para evidenciar o posicionamento do produtor frente ao tema, nesse caso, favorável ao anonimato na internet como “eficaz e capaz de expandir ideais e engajar os demais a lutar pela democracia” (trecho E).

É possível identificar, no entanto, que logo no início do texto, já no primeiro parágrafo, o produtor introduz o OD central, qualificando-o como “controverso cyberanonimato”, o que indica que orientará argumentativamente seu texto no sentido de expor prós e contras a respeito do tema.

⁵ Mantivemos o código de nosso *corpus* original de análise composto por 55 redações do vestibular PUC-SP de sua edição de 2014.

As recategorizações do OD “anonimato na internet” confirmam essa orientação ao construir duas representações contrárias: como recurso para disseminação de ideais democráticos e libertários (trecho E), atribuindo-lhe valoração positiva; como problema para governos e recurso promotor de ações criminosas, conferindo-lhe valoração negativa (trechos A; F). Aferimos, no entanto, que a valoração positiva para OD central ganha reforço pela construção da representação de outros dois OD (anonimato e internet).

Sendo assim, observamos que, embora o OD “anonimato na internet” ocupe posição relevante no texto, é possível verificar que o OD “anonimato” se mantém tão presente e relevante quanto o OD central da redação. O OD “anonimato” e suas representações – como recurso de resistência a governos autoritários e como possibilidade para liberdade de expressão (trechos B; D) – colaboram para reiterar a representação de valoração positiva construída para o OD tema da redação. A representação construída para o OD internet – como facilitadora de ações anônimas (trecho C) – também é fator de reforço para avaliar positivamente o OD central da redação.

É possível observar também que para construir tanto o OD central quanto os outros dois OD, o produtor recorre a dados do contexto ao fazer uso não só de sua bagagem sociocultural e de seus conhecimentos sobre fatos socioculturais e políticos (Inconfidência Mineira, Ditadura Militar no Brasil, Primavera Árabe), mas também de sua vivência e conhecimento sobre fatos que ocorrem na internet, nas redes sociais (ações criminosas, críticas ao governo).

Assim, ao recategorizar o OD “anonimato na internet”, auxiliado pelos outros dois OD – anonimato e internet –, podemos observar que o produtor do texto orienta argumentativamente seu texto, evidenciando ser favorável ao anonimato na internet e construindo sua defesa ao tema.

A análise realizada confirma que os processos referenciais laborados nessa redação contribuem para evidenciar o posicionamento favorável do produtor frente ao tema anonimato na internet e a orientar argumentativamente o texto de forma coerente à posição assumida, o que contribui para que a proposta seja atendida de maneira bem-sucedida.

Relativamente às sequências textuais descritivas, podemos destacar como, nessas sequências, os objetos de discurso, no caso, *internet e anonimato*, entram na composição das

categorias de designação e individuação, concorrendo desse modo para a construção de uma dada orientação argumentativa (Quadro 2):

Objeto de discurso

Designação (por nomeação)	Internet
Individuação	<p><u>por qualificação</u>: proporcionou maiores possibilidades para ações anônimas.</p> <p><u>por indicação temporal e qualificação</u>: Já em pleno século XXI, a internet serviu como mais uma ferramenta para ações anônimas, estas que sempre existiram.</p> <p><u>por qualificação</u>: O fato é que a internet apenas facilitou tais ações e promoveu um maior compartilhamento das mesmas.</p>

Objeto de discurso

Designação (por nomeação)	O anonimato
Individuação	representa uma das faces da liberdade de expressão seja ela qual for. E como disse o filósofo John Locke: “posso não concordar com uma palavra que falar, mas lutarei até a morte pelo direito de dizê-la”.

Objeto de discurso

Designação por tematização especificadora	Anonimato na história
Individuação	<p><u>por indicação espacial e exemplificativa</u>:</p> <p>No Brasil, por exemplo, a Inconfidência Mineira foi inicialmente, um movimento anônimo que lutava contra os desmandos vigentes na época.</p> <p>(No Brasil): A ditadura militar de 64 também contou com inúmeros artistas e intelectuais que por trás do anonimato de pseudônimos ou metáforas criticavam a repressão do governo, já que a censura era “claramente” aplicada.</p>

Objeto de discurso

Designação por tematização recategorizadora	Anonimato na internet o cyberanonimato
Individuação	<u>por consequencialismo:</u> (...) tornou-se claramente um problema já que muitas vezes eles são alvos. E embora o anonimato na internet seja também destrutivo por promover ações criminosas já que a internet promove a falsa impressão da falta de fiscalização e uma possível repreenda, ele não é a causa das ações destrutivas. Tão eficaz, movimentos que pararam o mundo, como a Primavera Árabe, usufruíram do anonimato da internet a fim de expandir seus ideais e engajar os demais a lutar pela democracia.

Como podemos observar, o modo pelo qual, nas sequências textuais descritivas, ocorrem a designação e a individuação dos objetos de discurso *internet* e *anonimato* aponta para a orientação argumentativa pretendida pelo autor.

Em se tratando da *internet*, as sequências descritivas, em sua expansão, apresentam esse referente como um meio dentre outros que possibilitam o anonimato, porém com maior potencialidade.

Por sua vez, quanto ao *anonimato*, a expansão das sequências descritivas assinala, do ponto de vista da individuação, o valor positivo embutido desse conceito na perspectiva do produtor do texto, pelo expediente de que lança mão: recorre ao dizer do filósofo John Locke sobre o anonimato como uma das faces da liberdade.

Quando ao referente *anonimato* é acrescentado o especificador *na história* e, designificativamente, passa a ser expandido como *anonimato na história*, as sequências descritivas se desenvolvem no plano da individuação por indicação espacial exemplificativa. Trata-se de exemplos extraídos da história do Brasil em que, para o produtor do texto, o traço do anonimato se fez notar, a saber: no início da Inconfidência Mineira e em ações de artistas e intelectuais contra a ditadura militar.

Dos referentes *internet* e *anominato* e destes para *anonimato na história* e *anonimato na internet* (ou *cyberanonimato*), nessa ordem, as operações realizadas pelo produtor, no âmbito da designação (por nomeação e por nomeação especificadora ou recategorizadora), respectivamente, são importantes sinalizações do raciocínio analítico do produtor do texto, que é expandido no plano da individuação na composição das sequências descritivas.

Argumentativamente, vai sendo construída, nas sequências descritivas em relação à *internet*, ao *anonimato* e ao *anominato na história*, uma orientação valorativamente positiva do autor quanto a esses referentes, posição que é reforçada quando, ao tratar do *anonimato na internet*, destaque é dado a aspectos positivos (por exemplo, em movimentos pela democracia, como o da Primavera Árabe), embora sem deixar de aludir a problemas disso decorrentes. Assim, no decorrer de todo o texto, podemos perceber que o produtor constrói por meio dos referentes, suas designações e individuações, uma valoração positiva, como comentamos e indicamos nos Quadros 1 e 2.

A análise aqui apresentada aponta a importância das sequências descritivas no texto, pois, como observamos, a expansão de cada um dos objetos descritos, por meio das sequências construídas, revela-se como argumento do texto, o que nos leva a constatar estreita consonância entre cada objeto descrito e a orientação argumentativa do texto.

No empreendimento analítico da redação de vestibular que nos serviu de exemplo, verificamos que as sequências textuais descritivas, observadas em termos organizacionais no tocante às categorias de designação e individuação, alinham-se e dão suporte ao processo de (re)categorização dos objetos de discurso construídos no texto, tanto em relação ao OD central, *anonimato na internet*, quanto aos outros OD, *internet*, *anonimato* e *anonimato na história*, explicitando o posicionamento do produtor do texto e a orientação argumentativa, em conformidade com essa posição assumida por ele.

Considerações finais

Respaldadas pela fundamentação teórica apresentada, assumimos que a construção de objetos de discurso por meio de sucessivas recategorizações tem suporte na elaboração de sequências textuais descritivas, viabilizando a exposição do posicionamento do produtor

frente a dado tema e orientando argumentativamente o texto, tendo em vista as determinações do gênero redação de vestibular e a produção de sentidos na escrita.

Acreditamos que disponibilizar aos estudantes as noções que envolvem esses dois níveis de análise de textos, a referenciação e as sequências descritivas que lhe dão o suporte – determinadas nas suas categorias de designação, definição e individuação – pode contribuir de maneira efetiva para o desenvolvimento de sua proficiência escritora, no período da escolarização básica, de modo a lhes abrir novos caminhos para agir e interagir pela linguagem, produzindo textos.

Além disso, o trabalho aqui apresentado nos permite vislumbrar uma aproximação dos atuais estudos da linguagem, *vis a vis* à ATD e a LT, de perspectiva sociocognitiva e interacional, à prática em sala de aula, possibilitando a criação de um apoio teórico-metodológico que torne mais satisfatórias as intervenções dos docentes nas produções escritas dos discentes, principalmente, em relação ao desenvolvimento de ideias em torno de um tema de forma articulada e à produção de sentidos em nível global. Acreditamos, assim, que ter em vista esses dois níveis de análise em relação aos textos de produtores ainda não proficientes aponta para a possibilidade de novas práticas de ensino e de aprendizagem da produção escrita.

Referências

ADAM, J. M. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011 [2008].

BACHUR, S. A. de B. A. *Processos referenciais anafóricos em redações de vestibular: uma estratégia textual-discursiva*. 2015. 200 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria do Ensino Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais – terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental – língua portuguesa*. Brasília, 1998. v. 2.

CABRAL, A. L. T.; MARQUESI, S. C.; SEARA, I. R. L'articulation entre le descriptif et les émotions dans l'argumentation en faveur de Dominique Strauss-Kahn. In: RABATEL, A.; MONTE, M.; RODRIGUES, M. G. S. (dirs.) *Comment les médias parlent des émotions: l'affaire Nafissatou Diallo contre Dominique Strauss-Kahn*. Limoges: Lambert-Lucas, 2015. p.307-323.

CAVALCANTE, M. M. *Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas*. Fortaleza: UFC, 2011.

_____ et al. Dimensões textuais nas perspectivas sociocognitiva e interacional. In: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (Org.). *Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____; CUSTÓDIO FILHO, V.; BRITO, M. A. P. *Coerência, referenciação e ensino*. São Paulo: Cortez, 2014.

KOCH, Ingedore G. Villaça. Referenciação e orientação argumentativa. In: _____; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Org.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____; PENNA, M. A. de O. Construção/reconstrução de objetos-de-discurso: manutenção tópica e progressão textual. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 48, n. 1, p. 23-31, 2006.

_____; CUNHA-LIMA, M. L. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à linguística, fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Org.). *Gêneros textuais, reflexões e ensino*. São Paulo: Parábola, 2011.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

_____. Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 48, n. 1, p. 7-22, 2006.

MARQUESI, S. C. *A organização do texto descritivo em língua portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004 [1996].

_____. Sentenças textuais descritivas e suas funções nas sentenças judiciais. In: PINTO, R.; Cabral, A. L. T.; RODRIGUES, M. G. S. *Linguagem e direito: perspectivas teóricas e práticas*. São Paulo: Editora Contexto, 2016, p. 113-128.

_____; RODRIGUES, M. G. S.; CABRAL, A. L. T. Sequências Textuais Descritivas e Responsabilidade Enunciativa: a orientação argumentativa em sentença judicial condenatória. In: ANDRADE, C. A. B.; MICHELETTI, G.; SEARA, I. R. (orgs.). *Memória, Discurso e Tecnologia*. São Paulo: Terracota, 2016, p. 237-253.

PILAR, J. A redação de vestibular como gênero. In: MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH, Desirée. (org.) *Gêneros textuais*. Bauru: Edusc, 2002.

ROJO, R.; BARBOSA, J. P. *Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos*. São Paulo: Parábola, 2015.

Anexo⁶

[R 53]

Título: Anonimato: forma de expressão?

[1]

O progresso das tecnologias, adquirindo ao longo dos séculos, trouxe a internet e com ela o **controverso cyberanonimato**. Ou seja, **a internet** proporcionou maiores possibilidades para **ações anônimas**.

[2]

A história assistiu à diversas ocasiões em **que o anonimato** se fez necessário. No Brasil, por exemplo, a Inconfidência Mineira foi inicialmente, um movimento anônimo que lutava contra os desmandos vigentes na época. A ditadura militar de 64 também contou com inúmeros artistas e intelectuais que por trás do anonimato de pseudônimos ou metáforas criticavam a repressão do governo, já que a censura era “claramente” aplicada.

[3]

Já em pleno século XXI, **a internet** serviu como mais uma ferramenta para **ações anônimas**, estas que sempre existiram. O fato é que **a internet** apenas facilitou tais ações e promoveu um maior compartilhamento das mesmas. Tão eficaz, movimentos que pararam o mundo, como a Primavera Árabe, usufruíram **do anonimato da internet** a fim de expandir seus ideais e engajar os demais a lutar pela democracia.

[4]

Para os governos, **o cyberanonimato** tornou-se claramente um problema já que muitas vezes eles são alvos. E embora **o anonimato na internet** seja também destrutivo por promover ações criminosas já que a internet promove a falsa impressão da falta de fiscalização e uma possível repreensão, ele não é a causa das ações destrutivas. **O anonimato** representa uma das faces da liberdade de expressão seja ela qual for. E como disse o filósofo

⁶ As redações originais foram digitadas, de modo a facilitar a leitura e a análise. Após a digitação o material passou por cotejamento e revisão, a fim de garantir sua autenticidade.

John Locke: “posso não concordar com uma palavra que falar, mas lutarei até a morte pelo direito de dizê-la”.